



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo território, planejamento, desenvolvimento e conflito)

Territorialização da pobreza e da fome na Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio–Bandeirantes (PR): dinâmicas socioespaciais e o Programa Bolsa Família (2006/2016/2026)

Giovana Maria Galhardo Silva¹

Vanessa Maria Ludka²

Sérgio Augusto Pereira³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de territorialização da pobreza e da fome na Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio–Bandeirantes (PR), nos anos de 2006, 2016 e 2026, identificando as dinâmicas socioespaciais associadas à distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Metodologicamente este artigo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, levantamentos de dados, e confecção de mapas. Observou-se que alguns municípios possuem um percentual entre 75% e 80% da população no CadÚnico e um percentual entre 18% e 32% de beneficiários pelo PBF, expondo que uma grande parte da população desses municípios vivem na pobreza.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Vulnerabilidade Social; Fome; Transferência de Renda.

Abstract: This article aims to analyze the territorialization of poverty and hunger in the Immediate Geographic Region of Cornélio Procópio–Bandeirantes (PR), in the years 2006, 2016, and 2026, identifying the socio-spatial dynamics associated with the distribution of beneficiaries of the “Bolsa Família Program”. Methodologically, this article was carried out through bibliographic research, data collection, and map creation. It was observed that some municipalities have a percentage between 75% and 80% of their population registered in the “CadÚnico” and a percentage between 18% and 32% of beneficiaries of the PBF, showing that a large part of the population of these municipalities lives in poverty.

Keywords: Public Policies; Social Vulnerability; Hunger; Income Transfer.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP. E-mail: giovana.galhardosilva@gmail.com

² Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEN da Universidade Estadual do Norte do Paraná. vanessaludka@uenp.edu.br

³ Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná. sergio.pereira@uenp.edu.br



1 INTRODUÇÃO

A pobreza e a fome são fenômenos complexos, que acompanham a humanidade desde os seus primórdios. Diferente do que muitos afirmam, atualmente, os bolsões de miséria e de fome não tem origem natural, mas sim, raízes em um sistema político e econômico desigual, exclusor e exploratório.

Ambos os fenômenos estão presentes em vários territórios do planeta, inclusive no Brasil que, por muitos anos, foi um país onde as taxas de pobreza e de fome eram avassaladoras. Apesar de ainda persistirem, graças a implementação de políticas públicas de distribuição de renda eficazes, os percentuais de fome no país vêm diminuindo conforme os anos. No dia 28 de julho de 2025, a Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) anunciaram que o Brasil deixou novamente o mapa mundial da fome, para o qual havia retornado no período da pandemia, isso expõe que menos de 2,5% da população brasileira vive em realidades de extrema pobreza e fome.

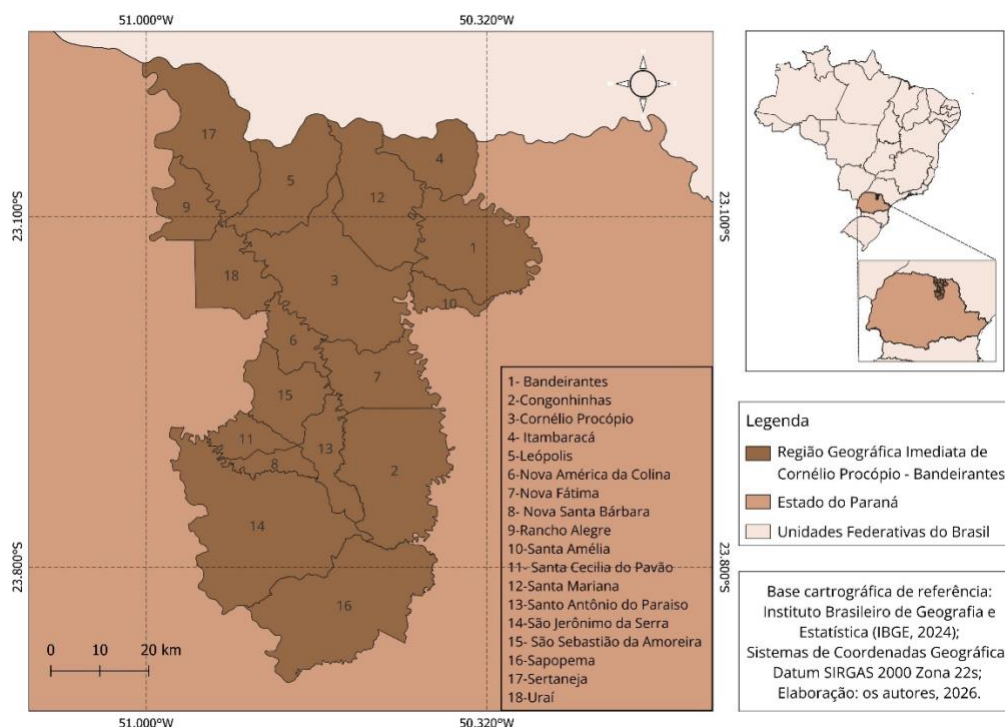
Porém, esses fenômenos ainda são observados dentro dos territórios dos municípios e, apesar de ter diminuído nos últimos anos, a importância das pesquisas acerca deste tema ainda permanecem, pois, parte da população ainda sofre diariamente com as mazelas causadas pela pobreza e pela fome.

Na região Sul do Brasil, diferentemente do que muitos acreditam, é uma região onde se encontram pobreza e fome na realidade da população (Ludka, et al, 2024). A Região Geográfica Imediata de Cornélio Procopio – Bandeirantes, localizada no Norte Pioneiro do Paraná, é composta por 18 municípios, sendo eles Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí (Figura 1). De acordo com estimativas do IBGE (2025) em janeiro de 2026 a região possuía aproximadamente 175.093 habitantes.

Com base nestas informações, esta pesquisa objetivou analisar o processo de territorialização da pobreza e da fome na Região Geográfica Imediata de Cornélio Procopio–Bandeirantes (PR), nos anos de 2006, 2016 e 2026, identificando as dinâmicas socioespaciais associadas à distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família.



Figura 1 – Mapa de localização da Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio – Bandeirantes



Fonte: IBGE (2024).

A pesquisa tem como recorte temporal o mês de janeiro dos anos de 2006, 2016 e 2026. A análise geográfica concentra-se Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio – Bandeirantes, com enfoque para os municípios de Congonhinhas, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre e Santa Mariana, que apresentaram os maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica no mês de janeiro de 2026.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O desenvolvimento deste artigo está estruturado, além da introdução e das considerações finais, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, organizada de forma articulada e complementar. No primeiro momento, de natureza qualitativa, realizou-se uma análise bibliográfica, que, conforme destaca Antônio Carlos Gil (2002, p. 44), fundamenta-se em materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, dissertações e teses.

Para a construção do referencial teórico, foram mobilizadas as contribuições de Josué de Castro (1961, 1965), autor clássico nos estudos sobre fome e pobreza, bem como de Jean Ziegler (2002, 2013), Amartya Sen (2010), Ludka (2016), Conceição (2005) e Santos (2023a, 2023b), entre outros que problematizam as dimensões estruturais da pobreza e da fome. Essa etapa teve como objetivo discutir os principais conceitos que envolvem tais fenômenos, além de analisar o funcionamento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família enquanto instrumentos de política pública.



No segundo momento, de natureza quantitativa, foram analisados dados extraídos do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e do Programa Bolsa Família, referentes aos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Cornélio Procopio – Bandeirantes. A análise estatística descritiva permitiu identificar os municípios com maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica e, conseqüentemente, maior exposição à fome. Além disso, buscou-se examinar como essas políticas públicas têm sido operacionalizadas no território, considerando sua potencialidade na mitigação das desigualdades socioespaciais.

A articulação entre as dimensões qualitativa e quantitativa possibilitou a triangulação dos dados e maior densidade analítica, conferindo robustez interpretativa à investigação e permitindo compreender a territorialização da pobreza e da fome para além dos indicadores numéricos, incorporando também suas bases históricas, estruturais e conceituais. Visando complementar a análise, auxiliar na visualização dos dados e apresentar um panorama geográfico destes, foram elaborados mapas por meio do software de confecção cartográfica QGIS 3.40.

Para chegar ao percentual de indivíduos cadastrados no Cadastro Único e ao de atendidos pelo Programa Bolsa Família, utilizou-se de duas fórmulas elaboradas e adaptadas por Ludka, Pereira e Mello (2022).

A primeira, para alcançar a porcentagem de pessoas cadastradas no Cadastro Único:

$$\% \text{ Pessoas cadastradas no CadÚnico} = NF \times NPF/PE \times 100.$$

Onde CadÚnico corresponde a Cadastro único; NPF corresponde à média de pessoas que compõe as famílias brasileiras, sendo 3,6 em 2006, 3,3 em 2016 e 2,79 em 2026 (Brasil, 2021; IBGE, 2023), NF sendo o número de famílias atendidas pelo programa e PE representando a População estimada.

Para calcular o percentual de indivíduos que recebem o Bolsa Família, utilizou-se de outra fórmula, onde se substitui o percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico pelo percentual de pessoas atendidas pelo PBF:

$$\% \text{ Pessoas atendidas pelo PBF} = NF \times NPF/PE \times 100$$

Onde PBF corresponde ao Programa Bolsa Família; NPF corresponde à média de pessoas que compõe as famílias brasileiras, sendo, novamente, 3,6 em 2006, 3,3 em 2016 e 2,79 em 2026 (Brasil, 2021; IBGE, 2023), NF sendo o número de famílias atendidas pelo programa e PE correspondendo a População estimada.

3 A POBREZA, A FOME E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONCEITOS E TEORIAS

Alguns fenômenos sociais acompanham a humanidade desde seus primórdios, dentre esses, a exclusão social, a miséria e a fome são tão antigos quanto a busca por equidade social



(Ludka, 2016). Como afirma Sen, a pobreza é um fenômeno complexo ligado a desigualdades e problemas políticos e sociais, segundo o autor:

A pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (Sen, 2010, p. 120).

Ou seja, a pobreza se manifesta “privando o indivíduo de capacidades básicas e seu extremo é a fome” (Sen, 2010, p. 210), a fome é entendida como sua face mais cruel, pois abarca a impossibilidade dos indivíduos de acessar direitos básicos para sua sobrevivência.

No Brasil, a pobreza tem sido parte constitutiva de sua história, juntamente com a tradição oligárquica e autoritária, que nunca reconheceu os direitos da população como parâmetros importantes para o ordenamento político e econômico de uma sociedade que, por sua vez, sempre foi extremamente desigual e assimétrica, marcada por privatismos e pela valorização e defesa de privilégios (Silva, et al, 2016).

A história do país foi constituída dentro de um sistema de produção capitalista, centrado na exploração e na expropriação visando a garantia da mais-valia, juntamente com a repartição injusta e desigual da renda entre a população, esses fatores são, de acordo com Silva (et al, 2016, p. 42):

São responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, [...] é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política.

Como já supracitado, a fome é a expressão mais extrema da pobreza, ela também é um fenômeno que sempre existiu, esteve presente em todos os continentes e acompanhou a história da humanidade e, assim como a pobreza, nasce de problemas sociais, econômicos e políticos. Josué de Castro discorre sobre as raízes desse fenômeno, raízes essas que nascem de um sistema político excludente e desigual, como aponta (Castro, 1961, p. 371):

A fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos [...] ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica.

Ou seja, é fruto de um modelo econômico que nega, para grande parte da população mundial, o acesso aos recursos necessários para a sobrevivência, enquanto as concentra na mão dos senhores do capital (Ziegler, 2002).

Apesar da capacidade da sociedade humana de produzir alimentos suficiente para toda a população do planeta, a distribuição injusta dos recursos disponíveis faz com que milhões de pessoas morram em consequência da fome por não possuírem os meios necessários para se alimentar, ou seja, se a distribuição de alimentos no planeta fosse feita



pensando no bem-estar da população, haveria alimentos suficientes para todos (Ziegler, 2002). Porém, uma homogeneidade no consumo não depende apenas da distribuição similar, mas também:

Da capacidade efetiva de aquisição, representada pela disponibilidade financeira (recursos efetivos ou créditos), mas também pela acessibilidade do bem ou do serviço demandado. Essa acessibilidade tanto pode ser física, como pode estar ligada às disponibilidades de tempo (Santos, 2023b, p. 84).

Atualmente, grandes sociedades transcontinentais privadas da agroindústria específicos de um estado ou país dominam as áreas de produção daquela região, fragilizando a produção agrícola familiar e, conseqüentemente, a alimentação da população, já que “essas sociedades atuam como inimigos jurados do direito à alimentação” (Ziegler, 2013, p. 157).

Com a disseminação dos interesses do capital e o desenvolvimento do meio técnico científico, toda a natureza passa a ser suscetível à utilização, de maneira econômica e/ou política. Neste período também houve uma aceleração da acumulação e da circulação de bens e de pessoas, aumentando também a necessidade de exportar e importar, e as áreas de produção se tornam cada vez maiores, por causa da necessidade de maior rentabilidade do capital. Os recursos passam a ser utilizados a serviço do capital, se tem o aumento do subemprego e a dependência por parte dos países subdesenvolvidos é agravada (Santos, 2023b).

Ademais, segundo Milton Santos, diante da globalização, o mercado está se sobressaindo sobre as políticas dos governos, e o controle deste mercado está nas mãos dessas empresas que possuem tecnologia de ponta, então, essas grandes empresas atuam por cima dos Estados e, como consequência deste processo, os “Estados aparecem como servos das corporações multinacionais” (Santos. 2023b, p. 244). Então “O que se observa é a manutenção de uma política de favorecimento aos monopólios na indústria, na agricultura, no comércio, com especificidade para a indústria de informação” (Conceição, 2005, p. 168).

Assim, a fome se tornou um tipo de violência, pois a exclusão de milhões de pessoas ao acesso aos bens e recursos naturais e produtivos não é causada por fatalidades ou acidentes naturais, a imposição desta desumana realidade para milhares de indivíduos é, na realidade, consequência de determinadas políticas econômicas, agrícolas e comerciais, de países mais desenvolvidos economicamente, que reverberam nos outros territórios que sofrem com sua influência (Ziegler, 2002), ou seja, o fenômeno da fome, na atualidade, é abarcado por intencionalidades (Santos, 2023a), que baseiam todas as ações e técnicas realizadas por esses agentes que, neste caso, visam acima de tudo a maximização de lucros, a manutenção e o crescimento da sua hegemonia política, econômica, cultural e militar, em detrimento da vida de milhões de pessoas que estão nos países que sofrem com sua influência. Como consequência, milhões de pessoas sofrem com a fome, que deixa lesões físicas e mentais irreparáveis aos indivíduos (Ziegler, 2002).

Para Santos, ao tratar da distribuição e do acesso aos recursos necessários para a sobrevivência humana, “a situação atual é física e moralmente insuportável para uma enorme



massa de indivíduos” e “parece em primeiro lugar inviável, nas condições presentes, trazer às populações todos os serviços de que elas necessitam, em virtude da forma como os recursos são alceados” (2023b, p. 109).

Além de que, com a crescente influência do neoliberalismo, a competitividade de mercado e o agravamento das desigualdades econômicas passam a ser vistos como aspectos que não devem ser mudados, agravando este quadro. Junto deste fenômeno, é possível observar, nas mídias, a normalização e a invisibilidade das vítimas e da real extensão de seu sofrimento, onde parte da população também tende a ignorar seus apelos, pois não querem admitir que grande parte da humanidade vive e morre nessas circunstâncias, a fome é encarada como um tabu (Ziegler, 2002). Neste contexto, neoliberal, o Estado articula a favor dos interesses dominantes e, em escala bem menor, os interesses sociais, que são, em sua maioria, minimizados (Santos, 2023b). Desse modo:

O discurso e a consequente aplicabilidade de uma política econômica de rentabilidade lucrativa, da maximização do mercado, através da diminuição do papel do Estado com a redução das ações sociais trouxeram à tona os oceanos de miséria desmistificando a imagem da simples presença de ilhas de indigências (Conceição, 2005, p. 166).

Neste contexto, é válido destacar as distintas maneiras pelas quais a fome pode ser observada pelo planeta, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) utiliza dois termos técnicos para entendê-las: a “Fome Conjuntural” e a “Fome Estrutural”.

A primeira, conforme Ziegler (2002), “é provocada pela derrocada brutal, imprevista, e em curto prazo de toda a infraestrutura econômica e social de uma sociedade” (Ziegler, 2002, p. 32), ou seja, é consequência de um conjunto de fatores, que podem acarretar na interrupção da produção de alimentos, de distribuição e do acesso da população a eles, causando desnutrição durante o período pelo qual ocorre, pode estar ligada, por exemplo, a desastres naturais e a conflitos militares (Ziegler, 2002).

A Fome Estrutural, por sua vez, “se deve ao subdesenvolvimento geral da economia de um país, à insuficiência de suas forças de produção de suas infraestruturas e à extrema pobreza da maioria de seus habitantes” (Ziegler, 2002, p. 32), ou seja:

Está relacionada à desigualdade e à pobreza permanente em uma sociedade. Sendo assim, é um problema crônico, onde os serviços básicos, como habitação, alimentação, saúde e educação, não atendem à população. Esses fatores podem ocasionar uma severa escassez de recursos, entre eles a alimentação, gerando subnutrição em várias pessoas por um longo período (Ludka, et al, 2024, p. 6).

Além dessas duas formas de manifestação, o Relatório Global de Nutrição também destaca a “Fome silenciosa ou Oculta”, caracterizada pela carência de um ou mais micronutrientes, sendo não explícita e não necessariamente perceptível aos olhos do indivíduo, podendo vir a transformar-se em um quadro de desnutrição, esta que, por sua vez, pode ser classificada como “Subalimentação Crônica” ou “Subalimentação Aguda”, aquela ocorreu quando um indivíduo não consome as calorias suficientes durante um longo período, podendo resultar em várias doenças, e esta que ocorre quando um indivíduo não consome as calorias



mínimas necessárias em um curto período de tempo, podendo acarretar em perda de peso e desidratação (Ludka, et al, 2024).

No Brasil, o que se observa é um claro quadro de fome estrutural, fruto de um desenvolvimento econômico estrutural e historicamente marcado por exploração e desigualdade, desenvolvendo este que gerou e gera, até a atualidade, uma condição de vida precária para uma enorme parcela da população (Ludka, et al, 2024, p. 8).

Com o objetivo de amparar a parcela da população que se encontra em situação de vulneráveis e mitigar as mazelas causadas pela pobreza e pela fome, diversas políticas públicas foram criadas em todo mundo, no Brasil, se destaca o Programa Bolsa família, criado em 2004, que visa garantir uma renda básica para as famílias em situação de pobreza. O PBF é pautado em três principais eixos, segundo Coutinho (2016, p. 71):

1) Transferência de renda, promovendo o alívio imediato da pobreza; 2) condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e 3) programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, para que os beneficiários tenham condições de superar suas situações de vulnerabilidade

Ademais, além da transferência direta de renda, o programa é articulado a outras políticas públicas, promovendo o acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação.

Para poder participar deste programa e receber os auxílios, a família ou o indivíduo devem estar cadastrados no Cadastro Único Para Programas Sociais, que foi criado em 2001, além de atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. As famílias são identificadas de acordo com sua renda mensal per capita: em situação de pobreza, quando essa renda é de no máximo R\$ 218; em situação de baixa renda, quando ela varia entre R\$ 218 e meio salário mínimo; e com renda acima de meio salário mínimo (BRASIL, 2025b).

O Cadastro Único constitui-se como uma base de dados oficial que reúne informações sobre as condições socioeconômicas das famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, pois os dados referentes aos cadastrados e aos que recebem o auxílio são disponibilizados na plataforma Bolsa Família e Cadastro Único, possibilitando o acesso a dados importantes para análises que englobam estes temas.

Desta maneira, esse instrumento desempenha um papel estratégico na identificação e caracterização de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo uma ótima ferramenta para o planejamento, a implementação e o monitoramento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e da pobreza, as informações apresentadas são utilizadas pelos entes federativos, visando promover ações que melhorem a condição de vida da parcela população que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

4 POBREZA, FOME E POLÍTICAS PÚBLICAS: A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CORNÉLIO PROCÓPIO–BANDEIRANTES (PR)



Como já supracitado, a pobreza e fome estão presentes de diferentes maneiras em vários territórios, inclusive na região Sul do Brasil. Josué de Castro (1965, p. 40) aponta que, nesta região, “não se apresentam deficiências alimentares tão profundas, a ponto de arrastarem a maioria da coletividade aos estados de fome”, o que mais se observa são quadros de carências alimentares, que atingem grupos mais reduzidos da população e de determinadas classes sociais, ou seja, são, em sua maioria, áreas de subnutrição podendo aparecer de forma discreta ou em suas exteriorizações completas.

Neste cenário, a Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio – Bandeirantes, compostos pelos municípios Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí, localizada no Norte Pioneiro do Paraná, não é uma exceção.

A Tabela 1 apresenta o percentual de pessoas cadastradas no Cadastro Único e os beneficiários do PBF nos municípios da região em estudo, vale destacar que esses dados correspondem ao mês de janeiro de 2026.

Tabela 1 – Percentual de pessoas cadastradas no Cadastro Único e beneficiários do PBF nos municípios da Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio - BR, no mês de janeiro de 2026.

Municípios	População Estimada	Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico	Percentual de pessoas beneficiárias do PBF
Bandeirantes	31.747	48%	11%
Congonhinhas	8.445	79%	32%
Cornélio Procópio	45.720	36%	9%
Itambaracá	5.819	67%	20%
Leópolis	3.725	70%	19%
Nova América da Colina	3.286	80%	26%
Nova Fátima	7.140	76%	18%
Nova Santa Bárbara	4.308	74%	21%
Rancho Alegre	3.472	77%	21%
Santa Amélia	3.358	55%	14%
Santa Cecília do Pavão	3.357	73%	18%
Santa Mariana	10.941	75%	22%
Santo Antônio do Paraíso	2.088	64%	17%
São Jerônimo da Serra	10.884	59%	25%
São Sebastião da Amoreira	8.063	71%	28%
Sapopema	6.778	69%	26%
Sertaneja	5.654	59%	11%
Uraí	10.308	57%	20%



Fonte: IBGE (2025) e Brasil (2026).

Da população estimada de 175.093 habitantes da região (IBGE, 2025), 56% desta estava cadastrada no Cadastro Único, no mês de janeiro de 2026, o que equivale a aproximadamente 98.451 pessoas, mas apenas 17% dessa população recebeu o auxílio do Programa Bolsa Família, aproximadamente 29.256 pessoas, ou seja, uma significava parcela dos cadastrados não recebeu o auxílio.

O município de Cornélio Procopio foi o que apresentou a menor taxa de cadastrados, de sua população estimada de 45.720 habitantes, 36% estavam cadastrados, o que equivale aproximadamente a 16.344 pessoas, porém, também apresentou baixo percentual de beneficiários, de apenas 9% desta parcela recebendo o PBF, aproximadamente 4.082 pessoas.

A segunda menor taxa de cadastrados pertence ao município de Bandeirantes, com sua população estimada de 31.747 habitantes, sendo que 15.189 (48%) estavam cadastrados, e apresentou um percentual de beneficiários de 11%, sendo a segunda menor taxa, com aproximadamente 3.582 pessoas.

Tratando dos municípios com maiores percentuais de cadastrados, no mês de janeiro de 2026, se destacam, em ordem decrescente, os municípios de Nova América da Colina (80%), Congonhinhas (79%), Rancho Alegre (77%), Nova Fátima (76%) e Santa Mariana (75%).

O município de Nova América da Colina possuía a maior porcentagem de famílias cadastradas, com aproximadamente 2.617 pessoas (80%) de sua população estimada, de 3.725 habitantes, no CadÚnico, tratando do percentual de beneficiados pelo PBF, 845 pessoas (26%) desta parcela receberam o benefício.

Congonhinhas, por sua vez, apresentou um percentual de 79% de cadastrados, equivalente a 6.685 pessoas dos 8.445 habitantes de sua população estimada, sendo que 32% deste, aproximadamente 2.670 pessoas, receberam o PBF. Rancho Alegre, com uma população estimada de 3.472, mostrou uma taxa de 77% de cadastrados, o que equivale a 2.684 pessoas, e 21% de beneficiários, aproximadamente 717 habitantes. Nova Fátima, tinha 5.404 pessoas (76%) de sua população estimada de 7.140 habitantes no CadÚnico, e 1.279 (18%) destes receberam o benefício.

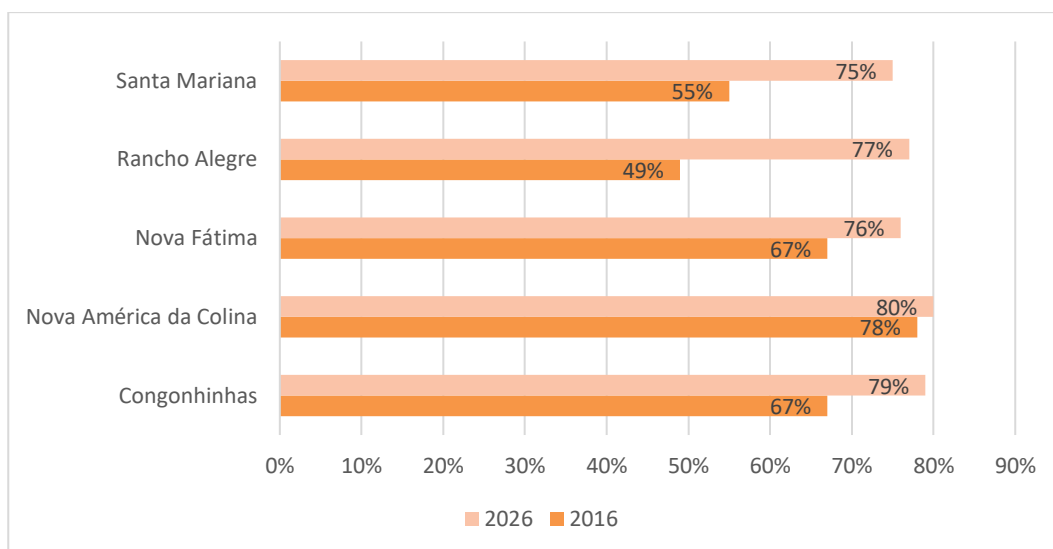
Por fim, o município de Santa Mariana expôs um percentual de 75% de cadastrados, aproximadamente 8.152 pessoas, possuindo uma população estimada de 10.941 habitantes, e 2.363 (22%) de pessoas que receberam o auxílio.

A Figura 2 expõe a evolução do percentual de cadastrados no Cadastro Único desses cinco municípios no mês de janeiro em um intervalo de dez anos, do ano de 2016 a 2026, é válido citar que não possuem dados equivalentes ao mês de janeiro de 2006, pois os dados do Cadastro Único só passaram a ser disponibilizados em 2012, o que explica a falta deste recorde no gráfico, porém, como existem dados referentes a este mês sobre o PBF, optou-se por deixá-lo na pesquisa.

Figura 2 – Percentual de pessoas cadastradas no Cadastro Único nos municípios de



Congonhinhas, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre e Santa Mariana, no mês de janeiro dos anos de 2016 e 2026.



Fonte: Brasil (2026).

De maneira geral, todos os municípios tiveram um aumento no número de cadastrados desde o mês de janeiro de 2016 até o mês de janeiro de 2026.

O município que mostrou o maior aumento de percentual de cadastrados foi Rancho Alegre, que foi de 49% de cadastrados, em 2016, para 77%, em 2026, expressando um aumento de 28% de sua população que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O segundo maior crescimento do percentual pertence ao município de Santa Mariana, com um aumento de 20% dos cadastrados, indo de 55% em janeiro de 2016 para 75% em janeiro de 2026.

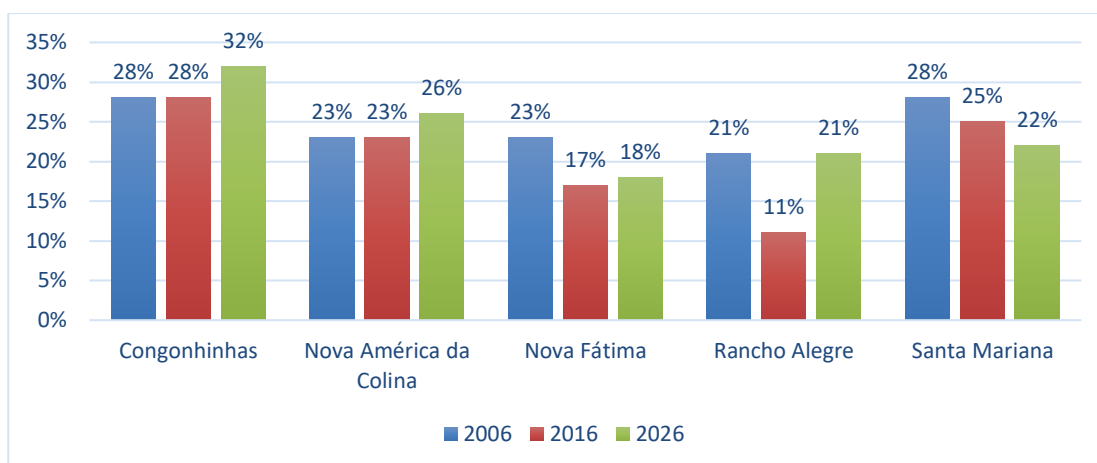
Em seguida, vem o município de Congonhinhas, que possuía 67% de pessoas cadastradas em 2016, tendo um aumento de 12% deste percentual, ficando com 79% de cadastrados.

Nova Fátima teve o segundo menor aumento, sendo um aumento 9%, indo de 67% de cadastrados em 2016 para 76% em 2026.

E, com o menor percentual de aumento, está o município de Nova América da Colina, que teve um crescimento de apenas 2% dos cadastrados, indo de 78% em 2016 para 80% em 2026, apesar de ser a menor taxa de crescimento, seu percentual de cadastrados foi o maior dentre os cinco municípios, tanto em 2016 quanto em 2026.

A Figura 3 traz o percentual referente as pessoas que receberam o auxílio do PBF no mês de janeiro dos anos de 2006, 2016 e 2026 nestes cinco municípios.

Figura 3 – Percentual de pessoas que recebem o PBF nos municípios de Congonhinhas, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre e Santa Mariana, no mês de janeiro dos anos de 2006, 2016 e 2026.



Fonte: Brasil (2026).

De maneira geral, o desenvolvimento do percentual ocorreu de maneira distinta em cada município, alguns tendo crescimento, outros tendo diminuição. O município de Congonhinhas não apresentou crescimento do percentual de beneficiários de janeiro de 2006 para janeiro de 2016, permanecendo com 28% de pessoas que recebiam o auxílio, porém, apresentou um aumento de 4% de 2016 para 2026, ficando com 32% de beneficiários.

O município de Nova América da Colina apresentou uma dinâmica similar, permanecendo com 23% em 2006 e 2016, com um aumento de 3% de 2016 para 2026, totalizando 26% de beneficiários.

Já o município de Nova Fátima apresentou uma diminuição de 6% no percentual de beneficiários nos primeiros dois anos, indo de 23% em 2006 para 17% em 2016, tendo um aumento de apenas 1% no ano de 2026, totalizando 18% de pessoas que recebem o benefício, sendo o menor percentual dentre os cinco municípios destacados.

Rancho Alegre, por sua vez, teve a maior diminuição do percentual nos primeiros dois anos, indo de 21% em 2006 para 11% em 2016, porém, felizmente, seu percentual aumentou em 10% para 2026, retornando a taxa de 21% de beneficiários.

Por fim, o município de Santa Mariana apresentou redução contínua no percentual analisado, passando de 28% em 2006 para 25% em 2016, o que representa uma diminuição de 3%. Posteriormente, o índice caiu para 22%, indicando nova redução de 3%. Destaca-se que Santa Mariana foi o único município a registrar exclusivamente decréscimos ao longo de todo o período analisado.

Diante dos dados apresentados, é possível observar que a Região Geográfica Imediata de Cornélio Procopio - Bandeirantes apresenta significativa territorialização da pobreza e da fome e, apesar dos esforços e das crescentes implementações das políticas públicas por todo território nacional, uma parcela significativa da população ainda vive a mercê das mazelas sociais, criadas e mantidas por um sistema político e econômico desigual.

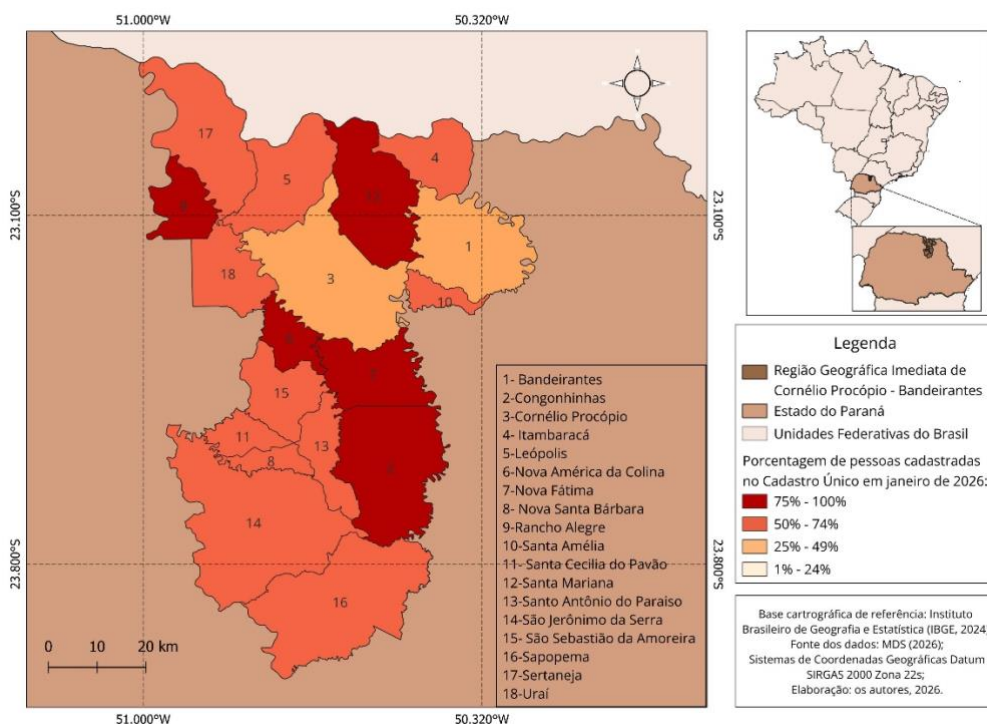
Porém, ainda assim, os dados expõem que o alcance das políticas públicas de distribuição de renda vêm crescendo dentre os municípios, o PBF, a medida em que integra políticas públicas de várias esferas, como saúde, educação e saneamento básico, atua



diretamente para fortalecer o acesso a direitos básicos pelas famílias e indivíduos, aguando diretamente no aumento da emancipação da parcela mais vulnerável da população.

A porcentagem de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica nesta região variou entre 36% e 80% no mês de janeiro de 2026. Na figura 4, observou-se que nenhum dos municípios possuía uma taxa de cadastrados inferior a 25%.

Figura 4 – Mapa da porcentagem de pessoas cadastradas no Cadastro Único em janeiro de 2026.



Fonte: IBGE (2024) e MDS (2026).

Os dois menores percentuais pertencem aos municípios de Bandeirantes e Cornélio Procopio, sendo os únicos a possuírem uma taxa de cadastrados entre 25% e 49%.

A maioria dos municípios possuía uma taxa entre 50% a 74% de sua população cadastradas no Cadastro Único, sendo esses os municípios de Itamaracá, Leópolis, Nova Santa Bárbara, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí.

Por fim, cinco municípios apresentaram uma taxa maior que 75%, sendo eles os municípios de Congonhinhas, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre e Santa Mariana.

5 CONCLUSÕES

Ao analisar os dados apresentados, é possível concluir que 56% da população da Região Geográfica Imediata de Cornélio Procopio - Bandeirantes vivem em condições de vulnerabilidade social, o que totaliza aproximadamente 98.451 pessoas, por outro lado, apenas 17% dessa população recebe o auxílio do Programa Bolsa Família, ou seja, 83% desta



população fica à mercê das desigualdades socioeconômicas, totalizando aproximadamente 81.714 pessoas.

Dando enfoque para os municípios de Congonhinhas, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre e Santa Mariana, os dados expõe uma situação ainda mais grave, já que o percentual de indivíduos no Cadastro Único varia de 75% para 80%, expondo que uma grande parte da população desses municípios vivem na pobreza.

Quanto aos indivíduos que recebem o Bolsa família, o percentual destes teve um desenvolvimento distinto em cada município, Santa Mariana, por exemplo, apresentou um declínio de 6% em todo o recorte temporal estudado, enquanto o município de Congonhinhas teve um crescimento de 8% no total.

A pobreza e a fome são fenômenos complexos e antigos, com raízes em desigualdades sociais, econômicas e políticas e que, apesar da capacidade da sociedade humana de produzir alimentos suficiente para toda a população do planeta, com a dominância dos interesses das grandes sociedades transcontinentais privadas da agroindústria, juntamente com a crescente do neoliberalismo, a distribuição dos recursos disponíveis acontece de maneira injusta, fragilizando a produção de alimentos e as distribuições destes, fazendo com que milhões de pessoas no mundo não possuam os meios necessários para se alimentar.

Ainda que os dados de alguns municípios mostrem uma realidade de declínio no alcance das políticas públicas, em outros os dados expõe que essas conseguem abarcar uma parcela significativa da população fragilizada pela pobreza. Ao considerar a saída no Brasil do mapa da fome, é possível observar que os programas de distribuição de renda e outras políticas públicas são um caminho efetivo para que, cada vez mais, os sofrimentos vivenciados pelos mais pobres sejam erradicados.

Assim, é importante reconhecer e valorizar a importância das políticas públicas, visando um maior alcance destas no território brasileiro. Com a renda básica que o Programa Bolsa Família oferece para as famílias e indivíduos, que é de no mínimo R\$ 600, além de outros auxílios que podem ser ofertados, como o Auxílio Gás, que oferece um adicional de R\$ 110, e o Primeira Infância, de R\$ 150 (BRASIL, 2025a), o PBF se apresenta como uma ferramenta fundamental para que estas famílias possam, cada vez mais, escaparem dos flagelos da fome e da pobreza, alcançando maior emancipação e podendo viver de maneira mais digna, com seus direitos, como alimentação, saúde e educação assegurados.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Observatório Nacional da Família. Fatos e Números. **Famílias e filhos no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional da Família, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2026;

BRASIL. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Ministério da Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 09 fev. 2026;



- BRASIL. **Secretaria de Comunicação Social**. Bolsa Família chega a 18,7 milhões de beneficiários a partir desta quarta (10). 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/12/bolsa-familia-chega-a-18-7-milhoes-de-beneficiarios-a-partir-desta-quarta>. Acesso em 01 mar. 2026;
- BRASIL. **Secretaria de Comunicação Social**. Em dois anos, mais de 14 milhões ligados ao CadÚnico superam a pobreza. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/09/em-dois-anos-mais-de-14-milhoes-ligados-ao-cadunico-superam-a-pobreza#:~:text=REND%20%E2%80%94%20As%20fam%C3%ADlias%20s%C3%A3o%20identificadas,acima%20de%20meio%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo>. Acesso em 01 mar. 2026;
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1965;
- CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome: ensaios sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 6. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961;
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena. 1(6):166-170, 2005;
- COUTINHO, Daniela Schneidewind Ribeiro. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos na redução da pobreza**. Curitiba: Appris, 2016;
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. 4. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002;
- IBGE. Cidades e Estados. **Paraná**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2023;
- IBGE. **Estimativas da População**. 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/POP2025_20260113.pdf. Acesso em 23 fev. 2026;
- IBGE. **Malha Municipal**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em 26 maio 2025;
- LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: Cenários paradoxais no Sul do Brasil**. 2016. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016;
- LUDKA, V. M; BRAGA, G. H. dos S; PEREIRA, S. A. O Programa Bolsa Família na Região Geográfica Imediata de Cornélio Procopio - Bandeirantes. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 10, n. 1, e50919, 2024. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/50919>. Acesso em: 20 jun. 2025;
- LUDKA, V. M; PEREIRA, S. A; MELLO, A. J. O. de. O Programa Bolsa Família e o aumento da fome e da pobreza no Norte Pioneiro do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 31, n. 2, p. 151-171, 2022;
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2023;
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. Ed. 5. São Paulo: EDUSP, 2023;
- SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010;
- SILVA. M. O. da S e; YAZBEK, M. C; COUTO, B. R; NASCIMENTO, T. de S; ARAÚJO, C. C. A Pobreza Enquanto Categoria Teórica e sua Expressão no Bolsa Família. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org). **O Bolsa Família: Verso e Reverso**. Campinas: Papel Social, 2016;
- ZIEGLER, Jean. **A fome no mundo explicada a meu filho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002;
- ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: Geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.